

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO ELETRÔNICO N.º09/2021

PROCESSO N.º 54.745/2020

Razão Social:	
CNPJ N.º	
Endereço:	
E-mail:	
Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:
Pessoa para contato:	
Recebemos, através do acesso instrumento convocatório da licitação acima identificad Local:,	
Assinatura	do
Senhor Licitante, Visando a comunicação futura entre a Prefeitura de F preencher o recibo de entrega do edital e remeter à Di licitacoes@franca.sp.gov.br.	
A não remessa do recibo exime a Divisão de Licita retificações ocorridas no instrumento convocatório, bel	
Franca, 26 de Janeiro de 2021.	
Marcia Gatti Autoridade Competente Secretário Municipal de Educação	



PROCESSO LICITATÓRIO: 54.745/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO № 009/2021

TIPO: MENOR PREÇO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS)

SUMÁRIO

1.	PREÂMBULO	3
2.	OBJETO	5
3.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
4.	CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E PARTICIPAÇÃO	5
5.	RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES	6
6.	PROPOSTA	7
7.	DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	9
8.	DA HABILITAÇÃO	9
9.	JULGAMENTO	11
10.	IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS	11
11.	HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO	12
12.	PAGAMENTO	14
13.	PENALIDADES	12
14.	ENTREGA E RECEBIMENTO	13
15.	ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
16.	DISPOSIÇÕES FINAIS	13
ANEX	O I - TERMO DE REFERÊNCIA	15
ANEX	O II - DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES	19
ANEX	O III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	22
ANEX	O IV – MODELO: DECLARAÇÃO - ART. 7º CF	27
ANEX	O V – MODELO: DECLARAÇÃO ME/EPP	28
ANEX	O VI – MODELO: DECLAR. INEXIST. DE FATO IMPEDITIVO	29
ANEX	O VII – MODELO: PROPOSTA DE PRECOS	30



PROCESSO LICITATÓRIO: 54.745/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

TIPO: MENOR PREÇO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS)

1.1 PRÉAMBULO

PERÍODO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:

Das 14h do dia 28/01/2021 até às 09h00 do dia 08/02/2021.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/02/2021

HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h30

DATA DA DISPUTA DE PREÇOS: __08/02/2021

HORÁRIO DA DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 14h30.

TEMPO MÍNIMO DE DISPUTA: 05 minutos.

Após 5 min. De disputa o pregoeiro poderá a qualquer momento acionar o tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema randômico da plataforma de licitações.

Em razão da quantidade de lotes/itens a serem gerenciados na fase de lances, o pregoeiro dará início à etapa competitiva no dia e horário dispostos acima, iniciando pelo lote/item 01 até o lote/item 10, que é o limite máximo de itens permitido o gerenciamento concomitante pelo sistema por vez.

Os demais lotes/itens, ficarão na "Sala de Disputa" no modo "Aguardando Disputa" e, à medida que for se encerrando a etapa competitiva dos primeiros lotes/itens, o pregoeiro iniciará a disputa dos demais, de forma sucessiva e respeitando a ordem numérica.

* **REFERÊNCIA DE TEMPO:** para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

A Prefeitura Municipal de Franca, torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberta nesta unidade licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2021, tipo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE, cujo objeto é <u>REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS), que será regida pela seguinte legislação:</u>

Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2014	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000	Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.



Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações impostas pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto Estadual nº 47.945 de 16 de julho de 2003	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto nos artigos 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e artigo 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá providências correlatas.
Decreto Municipal nº 8.888, de 05 de julho de 2007	Regulamenta o Registro de Preços para os órgãos da Administração Municipal, na forma do disposto no Artigo 15, Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993
Lei Federal nº 8.666 e suas alterações.	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- 1.2 As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este Edital e seus anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.3 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.
- 1.4 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no sítio do Banco do Brasil S.A., www.bb.com.br, opção Licitações, ou diretamente em www.licitacoes-e.com.br.
- 1.5 A sessão pública de processamento da licitação será conduzida por pregoeiro, com suporte da Equipe de Apoio, membros da Comissão Permanente de Licitações designados, como consta nos autos do processo em epígrafe, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.
- 1.6 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases.
- 1.7 O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A. em sua página respectiva a processos licitatórios (www.licitacoes-e.com.br), conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre o BB e O MUNICÍPIO DE FRANCA.
- 1.8 Integram o presente edital:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;
Anexo II – DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES;
Anexo III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
Anexo IV - MODELO: DECLARAÇÃO - ART 7º CF;
Anexo V - MODELO: DECLARAÇÃO ME/EPP;
Anexo VI – MODELO: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO;
Anexo VII - MODELO: PROPOSTA DE PREÇOS;



1.9 OBJETO

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS), conforme informações do Termo de Referência constante nos ANEXO IS, que integram este Edital.

- 1.10 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma do Banco do Brasil e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.11 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 1.12 <u>Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que satisfaçam as condições deste Edital e seus Anexos</u>
- 1.13 Conforme regra do art. 48 incisos I e III da Lei Complementar Federal n.º 123/06, ficam os LOTES Nºs 02, 04 e 05 definidos como COTA RESERVADA para participação exclusiva de Microempreendedor Individual, Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, restando devidamente comprovado que possuem os requisitos mínimos exigidos pelo respectivo instrumento convocatório.
- 1.14 Não será admitida, sob hipótese alguma a participação de empresas em consórcios, de empresas estrangeiras que não funcionem no País; Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- 1.15 A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 1.16 A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 1.17 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E PARTICIPAÇÃO
- 1.18 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico provido pelo Banco do Brasil, por meio do sítio www.licitacoes-e.com.br.
- 1.19 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 1.20 **O** uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Franca responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 1.21 Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- 1.22 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



- 1.23 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.
- 1.24 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.25 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 1.26 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 1.27 A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 1.28 Por ocasião do envio da proposta, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei. Caso venha a ser declarada vencedora, ao ser intimada a apresentar proposta assinada e documentos de habilitação, dentre estes deverá conter a declaração constante no **ANEXO V.**
- 1.29 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 1.30 PROPOSTAS QUE CONTIVEREM QUALQUER TIPO DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA (MESMO EM SEUS ANEXOS) SERÃO AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADAS ANTES DA ABERTURA DOS LANCES.
- 1.31 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 1.32 A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 1.33 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
- 1.34 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação de regência.
- 1.35 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 1.36 As propostas serão recebidas até o horário previsto no preâmbulo deste edital, após o que terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.
- 1.37 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.



- 1.38 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 1.39 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.40 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 1.41 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 1.42 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos ou quando existirem muitos itens com pausa para almoço ou outra intercorrência, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através da plataforma do Banco do Brasil (no campo DOCUMENTOS) divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 1.43 Depois de transcorridos 05 minutos da etapa de lances, o pregoeiro poderá a qualquer momento encerrar o tempo normal da disputa, mediante aviso de fechamento iminente dos lances emitido pelo sistema eletrônico, dando início ao período de tempo RANDÔMICO, podendo este variar de 01 segundo até 30 minutos, aleatoriamente, determinado automaticamente pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 1.43.1Em razão da grande quantidade de itens a serem gerenciados na fase de lances, o pregoeiro dará início à etapa competitiva no dia e horário dispostos acima, iniciando pelo item 01 até o item 10, que é o limite máximo de itens permitido o gerenciamento concomitante pelo sistema por vez.
 - 1.43.2 Os demais itens, ficarão na "Sala de Disputa" no modo "Aguardando Disputa" e, à medida que for se encerrando a etapa competitiva dos primeiros itens, a pregoeira iniciará a disputa dos demais, de forma sucessiva e respeitando a ordem numérica.
- 1.44 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, estando este na condição de arrematante, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 1.45 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 1.46 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 1.47 Erros de digitação de valores durante os lances serão de responsabilidade dos licitantes, estando sujeitos ao cumprimento do valor ofertado ou às sanções cabíveis de acordo com análise da instituição.
- 1.48 PROPOSTA
- 1.49 A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:



- 1.50 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor GLOBAL proposto corresponder à unidade solicitada;
- 1.51 A licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, consignar o valor global (kg) do Lote e a descrição do produto ofertado para o lote o qual deseja enviar proposta contendo obrigatoriamente a MARCA.
- 1.52 Se vencedor de algum item da licitação, sob pena de desclassificação, deverá apresentar oportunamente, documentos complementares e amostras do(s) material(ais) na quantidade e especificações estabelecidas nos Anexos, no prazo de 15 (quinze) dias.
- 1.53 Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 1.54 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 1.55 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 1.56 É de inteira responsabilidade do licitante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, será registrado em ata, devendo o item/lote ser desconsiderado da proposta.
- 1.57 Os participantes desta licitação deverão garantir a substituição dos produtos que forem entregues com qualquer tipo de defeito. Neste caso, todas as despesas serão custeadas pela adjudicada.
- 1.58 A Administração reserva-se o direito de recusar todo e qualquer produto que não atenda às especificações deste Edital.
- 1.59 Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.
- 1.60 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 1.61 No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 1.62 Serão rejeitadas as propostas que:
- 1.63 Estejam incompletas, isto é, não contenham informação(es) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado;
- 1.64 Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- 1.65 O Município de Franca é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao texto fixado no art. 155, § 2º, VII, b, da Constituição Federal de 1988.
- 1.66 Qualquer elemento que possa identificar a licitante, na proposta ou em seus anexos dentro do sistema, importa a desclassificação da proposta.



- 1.67 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 1.68 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 1.69 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
- 1.70 Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO DO VALOR GLOBAL DO LOTE, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 1.71 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 1.72 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 1.73 Ocorrendo a situação a que se referem os itens 1.71 e 1.72 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.
- 1.74 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 1.75 DA HABILITAÇÃO
- 1.76 O licitante vencedor deverá apresentar a documentação original ou fotocópia autenticada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, na Coordenadoria de Licitações e Compras, Rua Frederico Moura, 1517, Prédio da Antiga Câmara Municipal, Sala 3, Bairro Cidade Nova, Franca, SP, CEP 14.401-150 e informações pelo telefone (16) 3711-9080 e 3711-9076.
- 1.77 Imediatamente após a conclusão dos lances pelo sistema a equipe de apoio estará recebendo VIA FAX ou E-MAIL a documentação digitalizada exigida NA HABILITAÇÃO deste edital, bem como a proposta formal assinada, e efetuando a consulta da situação cadastral da empresa vencedora dos lances no site do SICAF.
- 1.78 Se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 1.79 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por processo de cópia autenticada, na forma da lei. Fica dispensada a autenticação de certidões obtidas pela internet. Serão aceitas Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativa.
- 1.80 Para comprovação de REGULARIDADE FISCAL, (obs.: Serão aceitas *Certidões Positivas* com Efeito de Negativas) apresentar:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual (Certidão de Regularidade de ICMS
 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou



Certidão Negativa de Débitos Tributários expedidos pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei ou outra equivalente na forma da lei); e Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários Municipal), da sede ou do domicílio da licitante, expedida pelo órgão competente;

- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União e/ou constante juntamente com a Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS); quando não em conjunto com a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a tributos federais e dívida ativa da União; e
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme lei nº 12.440/11.
- 1.81 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
 - OBS.: Para as empresas criadas recentemente que ainda não possuem balanços exigíveis é permitida a substituição por outro tipo de demonstração contábil.
- b) Certidão negativa de falência ou concordata e recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;
- 1.82 OUTRAS COMPROVAÇÕES
- 1.83 Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis e pertinentes com o objeto licitado
- 1.84 Declarações abaixo relacionadas, subscritas por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, sendo estas:
- **1.85** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no **ANEXO IV.**
- **1.86** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo conforme modelo constante no **ANEXO VI**.
- 1.87 Documento de constituição da credenciada, conforme enquadramento abaixo:
- Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 1.88 É facultada a apresentação do Comprovante de cadastro no SICAF



- 1.89 Disposições gerais da habilitação:
- 1.90 O registro cadastral (SICAF) não substitui os documentos relacionados nos subitens acima.
- 1.91 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 1.92 Após a realização dos procedimentos relativos ao julgamento e ordenação das propostas, o Pregoeiro verificará a regularidade do cadastro e documentos da proponente vencedora.
- 1.93 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora de um ou mais lotes, o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

1.94 JULGAMENTO

- 1.95 Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto da licitação e homologado o procedimento pela autoridade competente.
- 1.96 Havendo recurso, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.
- 1.97 Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- 1.98 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS
- 1.99 Impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do mesmo.
- 1.100 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 1.101 Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- 1.102 Ao final da disputa, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões em campo próprio aberto pelo sistema na parte inferior direita da tela, por meio da opção "RECURSO" que fica disponível por até 05 (cinco) minutos, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.
- 1.103 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação ao vencedor do certame.
- 1.104 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 1.105 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.106 Não serão aceitas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.



- 1.107 HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO
- 1.108 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto ao vencedor.
- 1.109 Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.
- 1.110 A obrigação decorrente do fornecimento de bens será firmada entre a Administração e o Fornecedor, por meio de empenho, observando as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.
- 1.111 Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a entrega ou não apresentar situação regular no ato do empenho deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 1.112 Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante do contrato.

1.113 PAGAMENTO

- 1.114 O objeto do presente pregão deverá ser entregue parceladamente, conforme especificações constantes nos ANEXOS deste Edital, observando o seguinte:
- 1.115 Caso algum produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da data de notificação expedida pela contratante, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor;
- 1.116 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.
- 1.117 O prazo do pagamento devido pela Instituição é de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto licitado, mediante apresentação obrigatória da **nota fiscal eletrônica** devidamente atestada pelo setor requisitante.

1.118 PENALIDADES

- 1.119 O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 1.120 O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descritas no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.
- 1.121 As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.



- 1.122 Ocorrendo atraso na execução/entrega do objeto contratado será aplicada multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- 1.123 No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada multa indenizatória de **10**% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.
- 1.124 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério da Instituição.
- 1.125 Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.
- 1.126 Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação.
- 1.127 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

1.128 ENTREGA E RECEBIMENTO

1.129 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, de conformidade com as necessidades da Secretaria requisitante e até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas pela Secretaria requisitante, na Divisão de Alimentação Escolar sito na Avenida Dom Pedro I, nº 970, Jardim Antonio Petráglia, Franca-SP. As especificações dos produtos, condições gerais de entrega, horários e locais de entregas se encontram discriminados nos Anexos deste edital.

1.130 ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.131 Após a homologação do resultado deste Pregão, o Município de Franca convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993.
- 1.132 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Franca.
- 1.133 A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.
- 1.134 Poderá ser acrescentada a Ata de Registro de Preços a ser assinada qualquer condição apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
- 1.135 É facultado ao Pregoeiro, quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

1.136 DISPOSIÇÕES FINAIS

1.137 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



- 1.138 É facultada ao Pregoeiro, ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 1.139 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 1.140 A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.
- 1.141 A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.
- 1.142 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão publicados no Dário Oficial do Município de Franca, disponível na página eletrônica: http://www.franca.sp.gov.br/diariooficial.
- 1.143 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 1.144 Informações complementares, que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação, serão prestadas pelo Pregoeiro via e-mail: licitações@franca.sp.gov.br
- 1.145 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Franca, Estado de São Paulo, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam.

Franca (SP), 26 de Janeiro de 2021.

Marcia Gatti Autoridade Competente Secretário Municipal de Educação



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO: 54.745/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021

TIPO: MENOR PREÇO DO VALOR GLOBAL DO LOTE FINALIDADE: CONTRATAÇÃO

Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS)
Justificativa	A presente licitação tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS)
Prazo de entrega	Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada
Locais de entrega	Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, de conformidade com as necessidades da Secretaria requisitante e até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas pela Secretaria requisitante, na <u>Divisão de Alimentação Escolar sito na Avenida Dom Pedro I, nº 970, Jardim Antonio Petráglia, Franca-SP.</u> As especificações dos produtos, condições gerais de entrega, horários e locais de entregas se encontram discriminados nos Anexos deste edital



ANEXO II - DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO: 54.745/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021

TIPO: MENOR PREÇO MENOR PREÇO DO VALOR GLOBAL DO LOTE

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS)

iboAioj	
DESCRIÇÃO DO LOTE 1	QUANTIDADE KG
Arroz agulhinha tipo 1 – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	150.000
DESCRIÇÃO DO LOTE 2 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE PACOTES
Farinha de trigo – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	12.000
DESCRIÇÃO DO LOTE 3	QUANTIDADE KG
Macarrão sem ovos tipo espaguete – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	11.250
DESCRIÇÃO DO LOTE 4 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE KG
Arroz agulhinha tipo 1 – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	50.000
DESCRIÇÃO DO LOTE 5 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE KG



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA Secretaria Municipal de Assuntos Finanças

Coordenadoria de Licitações e Compras

Macarrão sem ovos tipo espaguete – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	3.750

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021 PROCESSO Nº 36.464/2020

VALIDADE: ATÉ _____ DE ____ DE 2020
ATA DE REGISTRO DE PRECOS No /2020

Aos dias	do mês de		_ do ano de	e dois mil	e vinte, na	a sede da	Prefeitura	Municipa	al de
Franca, localizad	a na Rua Fr	ederico M	oura nº 151	7, neste n	nunicípio d	de Franca	, compare	ceram de	e um
lado a MUNICIP	'IO DE FRA	NCA, nes	ste ato rep	resentado,	por dele	gação do	Sr. Prefe	ito Muni	cipal
através de Decre	eto nº	de	de	de	·,	pelo Sr.	Secretário	Municipa	al de
		,					, por	tador do	RG.
nº	e	CPF nº				_, resider	ite e dom	iciliado r	nesta
cidade de Franca	ı - SP, dorav	ante desig	ınada simple	esmente M	IUNICIPIO	DE FRA	NCA, e, de	outro la	do, a
empresa						,		sede	em
	_, à Rua		,			 inscrita 	no Cadas	stro Gera	al de
Contribuintes do	Ministério d	la Fazend	a sob nº _				_, doravan	te desigi	nada
DETENTORA	neste	ato re	enresentada	nor	Sell			Se	nhor
			, po	rtador d	la cédul	a de	identidade	∍ RG.	nº
	е	C.P.F/M.F	. nº			_, reside	ente e do	miciliado	em
	,	à Rua				_, e, pel	os mesmo	s foi dite	o na
presença das tes	temunhas a	o final cons	signadas, qı	ue em face	da homol	logação d	a adjudica	ção do Pr	egão
Presencial de Reg	gistro de Pre	ços nº	/2020	, constant	e do des	pacho ex	arado às	fls	_ do
Processo nº 36.4	463/2020, fir	rmam a p	resente AT	A DE REC	SISTRO D	E PREÇ	OS para c	Registr	o de
Preços para A	QUISIÇÃO	DE GENE	EROS ALIN	MENTÍCIO:	S ESTOC	ÁVEIS (ARROZ, F	ARINHA	DE
TRIGO E MA									
EXCLUSIVOS	•						•		
EMPREENDEDC			•						
atualizada pelo L		,					,		
reciprocamente s			•		,				-,0.0
	 	- 300							

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS (ARROZ, FARINHA DE TRIGO E MACARRÃO) PARA ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR (COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS) para fornecimento à Administração Pública Municipal, conforme descrição, marcas e preços constantes dos ANEXOS do Edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº ______/2020, que ficam fazendo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.
- 1.2 A existência de preços registrados não obriga a CONTRATANTE a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de Registro de



Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro, preferência, em igualdade de condições, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1 O preço de cada item está especificado no Anexo I deste instrumento.
- 2.2 Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

- 3.1 Os preços constantes do registro de preços serão reajustados de acordo e nas condições da legislação federal, observando as disposições do Decreto Municipal nº 8888/07. O presente reajuste encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta.
- 3.2 Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
- 3.3 O disposto no item anterior aplica-se igualmente, nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes.
- 3.4 O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador (Coordenadoria de Licitações e Compras), desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que a critério da Comissão de Licitações, poderão subsidiar tal atualização.
- 3.5 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
- 3.6 Independentemente da solicitação de que trata o item 3.4, a Comissão de Licitações poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido à partir da publicação na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA E TERMO DE RECEBIMENTO

- 4.1 Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, de conformidade com as necessidades da Secretaria requisitante e até que seja atingida a quantidade total adquirida, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas pela Secretaria requisitante, na <u>Divisão de Alimentação Escolar sito na Avenida Dom Pedro I, nº 970, Jardim Antonio Petráglia, Franca-SP</u>. As especificações dos produtos, condições gerais de entrega, horários e locais de entregas se encontram discriminados nos Anexos deste edital
- 4.2 A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, expedido pela Secretaria requisitante.
- 4.3 Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90).



- 4.4 O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência do Compromisso de Fornecimento, ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento do Compromisso de Fornecimento.
- 4.5 O prazo estabelecido no item 4.3 poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 4.6 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA: - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 5.1. Fica expressamente assegurado à Prefeitura Municipal de Franca, através de prepostos das Secretarias Municipais, rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues caso seja constatado que não atendam ou contrariem as exigências estabelecidas no presente edital. Nesta hipótese, a Contratada terá de substituir, por sua conta e risco, sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Franca, os produtos rejeitados;
- 5.2. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.
- 5.3. Será indispensável mencionar o número da Ordem de Fornecimento (OF), em toda a documentação referente ao objeto desta licitação.
- 5.4. Não serão aceitos fornecimentos que não tenham sido autorizados por Ordem de Fornecimento (OF) ou Contrato, ou que, por qualquer motivo, não estejam de acordo com os termos e condições estabelecidas neste Edital.
- 5.4. Todas as mercadorias serão aceitos, em princípio, sob condição, sujeitando-se à inspeção de controle de qualidade, para aceitação definitiva.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

- 6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria de Finanças do Município, exclusivamente por meio de créditos em conta bancária em nome da licitante adjudicada, trinta dias da entrega das mercadorias, mediante apresentação de nota fiscal ou fatura que conste especificamente o objeto recebido na ocasião. A Prefeitura Municipal de Franca não se responsabilizará por outro tipo de cobrança.
- 6.1.1 Para efeito de contagem de prazo para pagamento pela Secretaria de Finanças, será considerado o carimbo e data de entrada da Nota Fiscal no Almoxarifado competente. Deste modo, a Nota Fiscal será paga após 30 (trinta) dias da data de entrada e carimbo do Almoxarifado da Secretaria recebedora.
- 6.2 O preço a ser pago será o vigente na data do pedido independentemente do preço em vigor na data da entrega.

CLAUSULA SETIMA - DO PROCEDIMENTO

- 7.1 As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do Registro de Preços a serem firmadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus Anexos e na legislação vigente.
- 7.2 A CONTRATANTE poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do parágrafo 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94.



- 7.3 Na hipótese da CONTRATADA classificada em primeiro lugar ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.
- 7.4 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, a CONTRATANTE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela CONTRATANTE, observadas as condições do Edital e o preço registrado.
- 7.5 As Autorizações de fornecimento deverão ser formalizadas unicamente pela Secretaria requisitante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1 No caso de recusa em assinar o contrato na data marcada, aplicar-se-á o disposto no artigo 64 com as consequências previstas no artigo 81, ambos da Lei (federal) 8.666/93, alterada pela Lei (federal) 8.883, de 08/06/94, sem prejuízo da aplicação de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do total do pedido.
- 8.2 Se a CONTRATADA descumprir sua obrigação no todo ou em parte, a Administração, a seu juízo, reserva-se o direito de aplicar as sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei (federal) 8.666/93, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais penalidades cabíveis.
- 8.3 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, o licitante sujeitar-se-á às penalidade de advertência, impedimento temporário de licitar com a Administração Pública Municipal e declaração de inidoneidade, que poderão ser cumuladas com multa de 10% (dez por cento) do valor total do pedido, sem prejuízo da rescisão contratual ou cancelamento do registro, e às demais penalidades previstas neste Edital.
- 8.4 Ocorrendo atraso na entrega dos bens será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso, sobre o valor pedido.
- 8.5 A multa será aplicada isolada ou conjuntamente, com as demais sanções e/ou rescisão contratual, sobre o valor pedido, corrigido á época da aplicação da penalidade, pelos índices estabelecidos no presente, e será descontada dos pagamentos a serem efetuados, ou ainda quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 8.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s).

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.2 Caso a CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90).
- 9.3 A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.
- 9.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA CONTRATADA



- 10.1 O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação nas seguintes hipóteses:
- I Pela CONTRATANTE quando:
- a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no Edital ou ata de Registro de Preços;
- b) A CONTRATADA, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços;
- c) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativo, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.
- II Pela CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.
- 10.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 10.3 A comunicação do cancelamento do registro da CONTRATADA, nos casos previstos no inciso I do item 10.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 10.4 No caso da CONTRATADA encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o registro da CONTRATADA a partir do quinto dia útil, contado da publicação.
- 10.5 A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do Registro de Preços, não a desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 10.6 Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou serviços constantes do Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compete a Secretaria Municipal de Educação o acompanhamento e controle do objeto deste Contrato, competindo-lhe ainda atestar as Notas Fiscais, encaminhando-as para fins de pagamento e zelar pelo fiel cumprimento da execução do Contrato. Em conformidade com o Decreto Municipal 10.606/2017 ficam nomeados como fiscais do contrato o Sr. _______. A gestão do contrato caberá ao Secretário da Pasta.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços, se em desacordo com os termos deste Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Fica eleito desde já o foro da Comarca de Franca, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir quaisquer questões originadas pela presente Ata e pelo futuro contrato.



E, por estarem as partes justas e CONTRATADAS firmam a presente Ata, lavrada na Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Franca, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final consignadas e pelas partes CONTRATADAS.

CONTRATANTE	
CONTRATADA	

ANEXO IV - MODELO: DECLARAÇÃO - ART. 7º CF

PREGÃO Nº 09/2021

PROCESSO Nº 54.745/2020

ANEXO VI

CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A empresa, inscrita no	CNPJ	sob o
N.º, por intermédio de seu representante legal	o(a)	Sr(a)
, portador(a) da Carteira de Identidade n.º	e do	CPF
n.º, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.	666, de	21 de
junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empr	ega me	nor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesse	is anos.	
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição	o de apr	endiz.
SIM () OU NÃO ().		
(data)		
(representante legal)		
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)		

Nome completo do Declarante RG / CPF Cargo



	ho	

ANEXO V – MODELO: DECLARAÇÃO ME/EPP

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA - ME, OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

Local e data

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA.

Nome completo do Declarante

RG / CPF

Ref.: Processo nº 54.745/2020

Pregão nº 09/2021.

Rua Frederico Moura, 1517 – Cidade Nova – Franca – SP – fone (16) 3711-9000 – fax (16) 3721-8888 Cep: 14401-150 – email: licitacoes@franca.sp.gov.br



Cargo Carimbo CNPJ



ANEXO VI - MODELO: DECLAR. INEXIST. DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO Nº 09/2021

PROCESSO Nº 54.745/2020

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE/INIDONEIDADE

	A empresa		,	inscrita no C	NPJ
sob o n.º	, por	intermédio de seu	representante	legal o(a)	Sr(a)
	, portador(a) da Carteira de Ide	entidade n.º		
e do CPF n.º	DECLARA,	para fins do dispost	to no § 2º do	artigo 32 da	a Lei
Federal n.º 8.666, de 21	de junho de 1993, acrescio	do pela Lei n.º 9.854,	de 27 de outu	bro de 1999,	que
não está impedida de p	participar de licitações ou	contratar com a Adı	ministração P	ública, Diret	a ou
Indireta e que não é de	eclarada inidônea pelo Po	der Público, de qua	aisquer esfera	s da Federa	ıção.
Não se encontra, nos t	ermos da legislação em v	vigor ou do Pregão,	sujeito a qua	lquer outro	fato
ou circunstância que	possa impedir a sua re	egular participação	na presente	licitação, d	ou a
eventual contratação q	ue deste procedimento po	ssa decorrer.			
	(data)				
	(assinatura do representar	nte legal)			



ANEXO VII - MODELO: PROPOSTA DE I	PREÇOS DO VENCEDOR
-----------------------------------	--------------------

Franca (SP),	de	_ de 2020.
À PREFEITURA MUN Franca-SP.	IICIPAL DE FRANCA	

Ref: Pregão Eletrônico n. 09/2021

Processo Administrativo n. 54.745/2020

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossa Senhoria, nossa Proposta de Preço relativa à Licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação resultando os seguintes valores unitários e totais:

DESCRIÇÃO DO LOTE 1	QUANTIDADE KG	VALOR R\$
Arroz agulhinha tipo 1 – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	150.000	
DESCRIÇÃO DO LOTE 2 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE PACOTES	VALOR R\$
Farinha de trigo – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	12.000	
DESCRIÇÃO DO LOTE 3	QUANTIDADE KG	VALOR R\$
Macarrão sem ovos tipo espaguete – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	11.250	
DESCRIÇÃO DO LOTE 4 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE KG	VALOR R\$
Arroz agulhinha tipo 1 – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	50.000	
DESCRIÇÃO DO LOTE 5 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE KG	VALOR R\$



A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data limite fixada para apresentação desta.

Declaro estar expressamente de acordo com as normas do edital e anexos da presente licitação.

Atenciosamente,

Carimbo da Empresa
Nome e Assinatura do Responsável



PREGÃO Nº 09/2021

PROCESSO Nº 54.745/2020

ANEXO VIII - VALOR ESTIMADO

ITEM	UN	QUANT	DESCRIÇÃO COMPLETA DAS MERCADORIAS	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MÉDIO TOTAL (R\$)
1	KG	150000	Arroz agulhinha tipo 1 – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	5,2340	785.100,0000
2	PCT	12000	Farinha de trigo – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	4,8450	58.140,0000
3	KG	11250	Macarrão sem ovos tipo espaguete – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	5,4733	61.574,6250
4	KG	50000	Arroz agulhinha tipo 1 – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	5,2340	261.700,0000
5	KG	3750	Macarrão sem ovos tipo espaguete – Para entrega diretamente na DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – especificações no anexo do edital	5,4733	20.524,8750

Obs: EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS



PREGÃO Nº 09/2021

PROCESSO Nº 54.745/2020

ANEXO VIII - TERMO DE REFERENCIA

Especificações

Item 01 e 04 - Arroz branco tipo 1

Arroz agulhinha, classe longo, fino (com no mínimo 80% do peso dos grãos inteiros medindo 6,0 mm ou mais no comprimento), beneficiado/polido (produto maduro submetido a algum processo de beneficiamento e se encontra desprovido, no mínimo, da sua casca). Não deverão apresentar impurezas (detritos do próprio produto como a casca do arroz aberta, os grãos chochos e os pedaços de talo), matérias estranhas (corpos ou detritos de qualquer natureza, estranhas ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades, insetos ou larvas), substâncias nocivas à saúde, substâncias ou agentes estranhos de origem biológica, química ou física, que sejam nocivas à saúde, tais como as micotoxinas, os resíduos de produtos fitossanitários ou outros contaminantes, previstos em legislação específica vigente, não sendo assim considerados aqueles cujo valor se verifica dentro dos limites máximos previstos. Deverá estar de acordo com a RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005 da ANVISA-MS, sendo elaborado de acordo com o regulamento técnico sobre as boas condições higiênicosanitárias e as boas práticas de fabricação para estabelecimento elaboradores/industrializadores de alimentos, estando de acordo com o Decreto 12.486, de 20 de outubro de 1978 e com a Resolução CNNPA nº 12, de 1978 da ANVISA.

Após o cozimento deve apresentar coloração branca, grãos íntegros, cozidos e soltos.

O rendimento deverá ser de no mínimo 2,6 vezes.

Validade mínima de 6 meses à partir da data de entrega.

Embalagem Primária

Sacos de polietileno transparente, atóxico, resistente, vedação por aquecimento automático, com capacidade para 5 kg (cinco quilos).

Embalagem secundária

Fardo de polietileno contendo 6 pacotes de 5 kg (cinco quilos), transparente, termossoldado na vertical e horizontal de modo a garantir resistência a danos durante o transporte, manuseio e armazenamento sem oferecer prejuízos integridade do produto.

Rotulagem

O produto deverá ser rotulado de acordo com as resoluções RDC n° 259 de 20 de setembro de 2002, RDC n° 359 e n° 360 de 23/12/2003 da ANVISA/MS e com a Portaria INMETRO n° 157, de 19 de agosto de 2002.

Rotulagem Primária deverá conter as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA Secretaria Municipal de Assuntos Finanças

Coordenadoria de Licitações e Compras

- Nome do produto e marca;
- Data de validade;
- Identificação do estabelecimento fabricante/empacotador (nome e endereço);
- Peso líquido;
- Número do lote;
- Número de registro no órgão competente;
- Informação nutricional;
- Condições de armazenamento;
- Modo de preparo

<u>Item 02 - Farinha de trigo</u>

Farinha de trigo tipo 1, com adição de ácido fólico (B9) e ferro (de acordo com a resolução RDC n° 344 de 13/12/2002). Produto deve ser obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo são e limpos, estando isento de meteria terrosa, em perfeito estado de conservação, sem umidade (será tolerada no máximo 14% de umidade), sem fermentação e sem ranso. Deverá estar de acordo com o Decreto 12.486, de 20 de outubro de 1978.

Quanto aos aspectos sensoriais deve apresentar:

Aspecto: Aspecto de pó fino

Cor: Branca Cheiro: próprio Sabor: próprio

Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.

Embalagem Primária

Pacotes de polietileno atóxico, termossoldado, contendo peso líquido de 1 kg (um quilo).

Embalagem secundária

Fardo plástico, atóxico, transparente, resistente, termossoldado ou fardo de papel multifolhado, resistente, fechado, com costura resistente ambos com peso líquido de 10 kg (dez quilos).

Rotulagem

O produto deverá ser rotulado de acordo com as resoluções RDC n° 259 de setembro de 2002, RDC n° 359 e n° 360, de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA/MS e RDC n° 26, de 02 de julho de 2015 e Portaria IMETRO n° 157, de 19 de agosto de 2002.

Rotulagem Primária deverá conter as seguintes informações:

- Nome do produto e marca;
- Identificação do estabelecimento fabricante/empacotador (nome e endereço);
- Data de validade;
- Ingredientes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA Secretaria Municipal de Assuntos Finanças

Coordenadoria de Licitações e Compras

- Peso líquido;
- Número do lote;
- Informação nutricional;
- Condições de armazenamento;

Rotulagem Secundária deverá conter as seguintes informações:

- Nome e/ou marca do produto;
- -Número de unidades;
- -Nº do lote;
- Data de fabricação e prazo de validade;
- Empilhamento máximo para armazenagem;

Item 03 e 05 - Macarrão sem ovos tipo espaguete

Macarrão sem ovos tipo espaguete composto por: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais (urucum e cúrcuma). Poderá conter outros ingredientes aprovados pela legislação vigente que não descaracterizem o produto, desde que declarados. Deverá ser elaborado de acordo com o regulamento técnico sobre as boas condições higiênico-sanitárias e as boas práticas de fabricação para estabelecimento elaboradores/industrializadores de alimentos, estando de acordo com o Decreto 12.486, de 20 de outubro de 1978 e com a resoluções RDC nº 344 de 13 de dezembro de 2002, RDC nº 93, de 31 de outubro de 2000, RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001 e RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005 da ANVISA-MS.

Quanto aos aspectos sensoriais deve apresentar:

Aspecto: característico Textura: característica

Cor: própria Cheiro: próprio Sabor: próprio

O produto não poderá turvar água de cozimento quanto for submetido a cocção.

Após cozimento o produto deverá manter a integridade.

Não será aceito produto quebrado ou com alterações em suas características. Tempo de cozimento entre 4 a10 minutos (rendimento de no mínimo 2,5 vezes).

Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.

Embalagem Primária

Embalado com filme de polipropileno atóxico, resistente, termossoldado na vertical e horizontal e transparente com peso líquido de 500g (quinhentos gramas).

Embalagem secundária



Fardo polietileno transparente, devidamente fechado, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e manuseio e peso líquido de 10kg (dez quilos).

Rotulagem

O produto deverá ser rotulado de acordo com as resoluções RDC n° 259 de 20 de setembro de 2002, RDC n° 359 e n° 360, de 23 de dezembro de 2003, RDC n° 26, de 02 de julho de 2015 e RDC nº 40 de 8 de fevereiro de 2002 da ANVISA-MS e com a Portaria INMETRO n° 157, de 19 de agosto de 2002.

Rotulagem Primária deverá conter as seguintes informações:

- Nome do produto e marca;
- Identificação do estabelecimento fabricante/empacotador (nome e endereço);
- Data de validade;
- Ingredientes;
- Peso líquido;
- Número do lote;
- Informação nutricional;
- Condições de armazenamento;
- Modo de preparo.

INFORMAÇÕES DA DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- 1 A entrega será feita de acordo com a solicitação da Divisão de Alimentação Escolar considerando questões logísticas e o cardápio em vigência na alimentação escolar no município de Franca SP.
- 2 A entrega deverá ser feita no seguinte endereço: Avenida Dom Pedro I, nº 970, Jardim Antonio Petráglia, nos seguintes horários: 8h00 às 10h00 e das 12h30 às 15h30. Os horários deverão ser cumpridos rigorosamente sob pena de devolução do produto.
- 3 Não será aceito embalagens furadas, abertas e com rótulos rasurados e sem as informações descritas nas especificações do produto.
- 4 Deverá ser realizada a troca no prazo máximo de 7 dias corridos, se o produto apresentar problemas como: rompimento de soldas, rompimento das embalagens, amassamentos e/ou estufamentos, vazamento do produto quando em embalagem lacrada, contaminação por matéria por orgânica ou inorgânica antes do prazo determinado pela data de validade impressa no rótulo.
- 5 As empresas interessadas deverão estar cientes de que o produto passará por avaliação sensorial, na qual serão analisadas cor, sabor, aroma, consistência e textura dos produtos.
- 6 A qualquer momento a Divisão de Alimentação Escolar poderá determinar a realização de testes laboratoriais, em laboratórios escolhidos por ela e custeados pelo fornecedor do produto, a fim de comparar/comprovar a qualidade dos produtos entregues.
- 7 É de responsabilidade do fornecedor a qualidade físico-química e sanitária dos produtos licitados e da amostra para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação. A rotulagem do produto licitado e da amostra devem estar em conformidade com a legislação em vigor, inclusive a rotulagem nutricional.



- 8 O veículo para o transporte dos produtos deverá ser apropriado e autorizado pela vigilância sanitária. Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada (transportadora), a responsabilidade e garantia de qualidade, continua sendo da empresa vencedora da concorrência e a mesma será notificada para tomar ciência e correção dentro do prazo máximo de 20 dias e quando não respeitado esse item, será analisado pela assessoria jurídica do Município de Franca.
- 9 As amostras não serão devolvidas, uma vez que será utilizada no momento das análises para verificação do estado de conformidade com a descrição do produto contidas e exigidas no edital.
- 10 A empresa licitante declarada vencedora deverá apresentar 5 unidades (amostras), acondicionadas na embalagem original para análise e teste, na Divisão de Alimentação Escolar, dentro do prazo estabelecido pela Comissão de Licitação.

As amostras deverão estar etiquetadas com as seguintes informações:

- nome da empresa licitante;
- número da concorrência;
- número do item:

Juntamente com as amostras, o licitante deverá entregar a ficha técnica e o laudo bromatológico e documento informando o registro do produto no Ministério da Agricultura ou da Saúde, com data não superior a 1 ano. Esses documentos deverão ser originais ou autenticados e devem apresentar assinatura do responsável técnico.

Na ficha técnica, deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- Identificação do produto;
- Nome e endereço do fabricante;
- Prazo de validade;
- Ingredientes;
- Informações nutricionais;
- Peso líquido;
- Embalagem primária e secundária
- Informação do número do registro no Ministério da Agricultura.

O laudo bromatológico deverá conter análise sensorial, físico-químico (incluindo as vitaminas e os minerais descritos na lista de ingredientes), microbiológico, microscópico e toxicológico, expedidos por laboratórios de rede oficial do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura, ou Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde/Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para análises de alimentos para fins de registros ou controle, ou laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais.

Cleunice Ramos Domingos Bernardes Nutricionista CRN-3 58793/P Divisão de Alimentação Escolar